

“Cê anda igual bandido!”: o que dizem os jovens sobre a construção midiática do criminoso?

Camila Marques Silva Daher^{a*} 
Fernando Santana de Paiva^a 
Luciana Ferreira Barcellos^b 

^aUniversidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil

^bUniversidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: A partir do cenário brasileiro, marcado por diferentes expressões da violência, são construídas práticas midiáticas que representam a juventude pauperizada de forma a criminalizar tal grupo. Este artigo apresenta uma discussão a respeito dos sentidos produzidos por jovens de 14 a 16 anos sobre as representações midiáticas expressas por setores da mídia hegemônica. Trata-se de uma pesquisa participante, delimitada a partir da perspectiva do sociólogo Orlando Fals-Borda e da ideia de coautoria de Mikhail Bakhtin. A pesquisa foi realizada em uma cidade do estado de Minas Gerais, e foram construídos sete grupos de discussão, em que reportagens nas quais jovens são associados a episódios tidos como criminosos foram discutidas. Por meio dos diálogos construídos, foi possível identificar que o conteúdo midiático pode resultar em uma série de violências nas vidas desses jovens, que resistem através da busca por estratégias criativas, envolvendo a arte e mídias alternativas.

Palavras-chave: mídia, violência, juventude.

Introdução

A criminalização da juventude brasileira pobre e negra tem sido historicamente construída, conformando o desigual tecido social de nosso país. Para a efetivação dessa lógica criminalizadora, os discursos e práticas sociais são essenciais para naturalizar a organização social injusta em que nos inserimos. Cumpre salientar que esse grupo está inserido em uma realidade marcada por profundas desigualdades sociais e pobreza e tem sido compreendido ao longo da história como perigoso, criminoso e insuficientemente penalizado (Cassab et al., 2016; Ferreira et al., 2009; Zaffaroni, 2012). Composto esse contexto, os dados de pesquisas produzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que a juventude das periferias, formada, em maioria, por jovens negros e do gênero masculino, é justamente o público mais afetado pelas mais diversas violências no país de forma crescente e seletiva (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018).

Nesse contexto, o clima de medo e insegurança é reforçado cotidianamente por algumas práticas midiáticas hegemônicas, que apresentam massivamente episódios tidos como criminosos, envolvendo jovens pobres e negros como principais autores. A esse respeito, Zaffaroni (2012) nos adverte para a emergência de uma criminologia midiática que apresenta-nos uma suposta crise de segurança pública

em que a juventude das periferias aparece, ao lado de outros grupos subalternizados, como principal responsável. De acordo com o autor, a criminologia midiática estabelece uma divisão entre “eles” e “nós”. “Eles” são representados como pessoas sujas, imorais, como os que perturbam o “nosso” sossego, que nos impedem de circular em paz, que nos obrigam a encher as casas de muros e cadeados. Para que esses problemas se resolvam, a solução apontada passa por políticas mais duras, por uma proteção policial mais truculenta ou qualquer outra alternativa que separe ou elimine “eles” de “nós”.

O *eles* não é composto de delinquentes, não se trata do conjunto relativamente pequeno de criminosos violentos, mas do conjunto muito mais amplo de estereotipados que não cometeram qualquer delito e que nunca hão de cometer. Para tanto, a criminologia midiática joga com imagens, selecionando as que mostram os poucos estereotipados que delinquem e em seguida os que não cometeram crimes ou que só incorreram em infrações menores, mas são parecidos. Não é necessário verbalizar para comunicar que a qualquer momento os parecidos farão o mesmo que o criminoso. (Zaffaroni, 2012, p. 307)

Nessa perspectiva, a criminologia midiática, nos termos desenhados pelo autor mencionado, tende a produzir um tipo de violência midiática que incide diretamente sobre as vidas de determinados sujeitos oriundos das classes subalternizadas de nosso país. Trata-se

* Endereço para correspondência: camila-daher@hotmail.com

de um conjunto de práticas e tecnologias diversificadas que operam a partir de mecanismos simbólicos e ideológicos produzidos por setores da mídia hegemônica – principalmente por meio da prática do que popularmente se conhece como “jornalismo policial” – e que contribuem para uma série de violências experimentadas no cotidiano dos sujeitos que são representados de maneira estereotipada.

Os discursos midiáticos hegemônicos, em sua faceta criminal, que favorecem a conformação de práticas violentas contra a juventude pobre no contexto brasileiro, exercem ainda um forte impacto na consolidação da opinião pública nacional. Isso ocorre, uma vez que a mídia, principalmente através da televisão, mas cada vez mais por outros mecanismos, é capaz de definir e orientar ideologicamente os assuntos que se destacarão e estarão em evidência (Martín-Baró, 1989; Bourdieu, 1997; Thompson, 2002; Guareschi, 2012; Moraes, 2016). Nessa toada, segundo Zaffaroni (2012), ao longo da história, podemos identificar grupos sociais como “inimigos”, que são apresentados pela mídia hegemônica como os grandes responsáveis pela violência. Imagens, símbolos e discursos expressam uma realidade onde existiriam as “pessoas decentes”, atualmente conhecidas como “cidadãos de bem”, e os “maus”, os criminosos, que são identificados por meio de estereótipos – no caso dos jovens de periferia, os símbolos culturais, como o jeito de se vestir, de andar, de falar, e até mesmo o gosto musical (principalmente representado pelo funk) se tornam signos atrelados à criminalidade.

Em particular, no contexto brasileiro, marcado pelo protagonismo das emissoras de TV aberta, as práticas da criminologia midiática se expressam por meio de uma organização familista e coronelista, delineada por imbróglis jurídicos que contribuem para que as concessões públicas permaneçam concentradas em poder de grupos relacionados à política. Na tentativa de definir essa organização que se assemelharia a uma espécie de “coronelismo eletrônico”, Lima (2011) descreve o fenômeno como uma prática brasileira do final do século XX que se baseia na outorga de exploração dos serviços públicos de radiodifusão fornecida pela União a empresas privadas por concessões.

Dessa forma, estando em mãos dos novos coronéis – famílias com tradição política que detêm tais empresas privadas –, a mídia brasileira é capaz de criar consensos, induzindo as opiniões políticas e determinadas visões sobre a realidade. Sendo assim, a moeda de troca continua sendo o voto, porém agora embasado no controle da comunicação, e não da posse de terras. Os coronéis eletrônicos seguem controlando a população local, implementando, via recurso midiático, um conjunto de estratégias ideológicas articuladas, e como barganha, recebem da União as renovações das concessões que geram lucro e poder (Lima, 2011).

Em meio a esse processo histórico que caracteriza a mídia brasileira, a criminologia midiática (Zaffaroni, 2012), em suas práticas, torna-se agente dos processos de violência midiática e, no caso em tela, contribui para a criminalização da juventude pobre e negra, colaborando na ocultação sobre a complexidade estrutural envolvida na questão da violência

urbana e de seus desdobramentos. Nesse sentido, a mídia hegemônica não desinteressada constrói uma racionalidade e oferece um inimigo imediato para que a população possa culpabilizar e validar as ações punitivas direcionadas a esse público. Ocorre, por conseguinte, um processo de naturalização que favorece a associação ideológica entre jovens pobres e criminalidade, culminando na construção estereotipada do jovem criminoso.

Nessa perspectiva, é imperioso nos questionarmos sobre o que faz com que acreditemos que os jovens pobres devam ser inteiramente culpabilizados pela insegurança pública e pelos elevados índices de violência com os quais convivemos. Conforme explicitado, a mídia hegemônica brasileira (embebida por interesses político-estatais), por intermédio do conteúdo policesco, tem papel essencial nesse processo, disseminando discursos que naturalizam e justificam medidas que reproduzem a barbárie expressa pelas estatísticas dos jovens mortos no Brasil (Batista, 2011; Freire, 2014; Martino, 2014).

A partir do exposto, apresenta-se, portanto, o direcionamento do presente trabalho. Objetivamos apresentar uma discussão a respeito dos sentidos produzidos por jovens inseridos em um contexto de pobreza e desigualdades sociais sobre os efeitos produzidos por representações midiáticas criminais expressas por alguns setores da mídia hegemônica brasileira em suas vidas.

Percurso metodológico

O presente estudo trata-se de uma pesquisa participante, que é fruto de uma dissertação de mestrado em Psicologia, delineada com inspiração na ideia de coautoria, que resulta das reflexões de Bakhtin (2011, 2017) sobre linguagem, dialogismo e polifonia. Essas ideias delinearam todo o processo de aproximação com o campo, com os participantes e o curso da intervenção.

Dessa forma, o caminho metodológico consistiu no processo dialogado de negociação e aproximação com a comunidade, com os jovens, e pela realização de grupos de discussão. Nos encontros dos grupos, foram apresentados aos participantes trechos de representações midiáticas que retratavam a juventude das periferias, relacionando-a a episódios criminosos.

A concepção sobre a produção do conhecimento científico e o fazer da pesquisa participante preconizados pelo sociólogo colombiano Orlando Fals-Borda (2014) também serviram como base para a construção do trabalho. Sendo assim, trata-se de uma investigação ancorada na participação e na construção de relações entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa. Os caminhos metodológicos tomados neste trabalho, então, são singulares e construídos no terreno da ação, em direções compartilhadas e negociadas com os participantes e demais atores que compuseram o campo.

A pesquisa foi realizada na Cidade do Sol, no estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 100 mil habitantes (IBGE, 2020). Trata-se de uma cidade que, apesar de seu crescimento e expansão, ainda é marcada

pelo domínio dos grandes fazendeiros, tanto na economia quanto na política local. O centro da cidade possui praças e bares, altamente frequentados pela juventude local. Enquanto os jovens que residem nas regiões centrais se aglomeram nos bares e restaurantes, é nítido o movimento de aglomeração dos jovens da periferia nas praças da cidade. Nessas praças, frequentemente ocorrem batidas policiais noticiadas pela imprensa local. Os jovens que residem no bairro Boa Esperança costumam protagonizar essas manchetes.

Boa Esperança, o bairro onde a pesquisa foi realizada, é o maior bairro periférico da cidade. Seu histórico é marcado pela forte atuação da Igreja Católica e pela organização e luta dos seus moradores. Atualmente, o bairro conta com escolas, creches, Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e circulação (ainda precária) de transporte público. Frequentemente o bairro figura nas manchetes locais por casos de criminalidade, principalmente atribuídos ao tráfico de drogas. Por conta disso, fica estereotipado como o local mais “perigoso” da Cidade do Sol.

A entrada no campo se deu por meio do contato com uma Organização Não Governamental (ONG) local que

oferece oficinas artísticas aos moradores. Foram 13 meses em campo, considerando o processo de aproximação com os participantes, as negociações e a realização dos grupos de discussão. Tratou-se de um processo de aproximação desafiador, marcado pelo movimento de apoio da ONG, mas, ao mesmo tempo, pela tentativa de construir o lugar de pesquisadora diferenciado da imagem e dos princípios morais disseminados pela instituição.

Com a paulatina participação em oficinas ofertadas aos jovens pela ONG, foi possível conhecer os participantes e, ao mesmo tempo, permitir que conhecessem a pesquisadora. Após cinco meses de participação nas oficinas, os jovens foram convidados para uma conversa sobre a proposta da pesquisa e dos grupos de discussão. A conversa foi realizada na biblioteca comunitária, onde foi feito o convite para a participação na pesquisa.

No Quadro 1, a seguir, são apresentados os participantes da pesquisa. Contamos com a participação de oito jovens, moradores do bairro Boa Esperança, com idade entre 14 e 16 anos. É importante ressaltar que os nomes da cidade, do bairro e dos participantes em questão são fictícios.

Quadro 1. Quadro dos participantes da pesquisa

Nome fictício	Descrição
Pablo	Jovem participante, 15 anos, negro
Denis	Jovem participante, 15 anos, branco
Jaya	Jovem participante, 15 anos, negro
Rony	Jovem participante, 16 anos, negro
Scot	Jovem participante, 16 anos, branco
Leandro	Jovem participante, 16 anos, negro
Hualter	Jovem participante, 14 anos, negro

No primeiro momento da pesquisa, foi possível que se discutisse sobre o material que seria utilizado nos encontros, ouvindo sugestões e opiniões dos jovens. Foi realizada então uma seleção de trechos de programas jornalísticos de diferentes veículos midiáticos nacionais e locais em que jovens são associados a episódios tidos como criminosos. O material selecionado foi apresentado aos participantes – sendo interpelado e construído com eles por meio da realização de sete grupos de discussão.

Em uma ação inspirada pelas ideias de participação, dialogismo e uma linguagem viva (Bakhtin, 2011, 2017; Fals

Borda, 1999), a seleção desse material que posteriormente foi utilizado nos grupos de discussão se deu então, não só nesse primeiro momento, mas principalmente através do movimento de familiarização dialogado, aproximação, observação, identificação de recursos, possibilidades e registro. Foi uma escolha que se iniciou na idealização da pesquisa e foi sendo modificada pelos participantes durante todo o processo até o último dia de intervenção. O Quadro 2 apresenta um resumo da intervenção, com os principais tópicos e questões centrais dos encontros realizados.

Quadro 2. Quadro com resumo da descrição dos encontros

EIXO	ENCONTROS	DESCRIÇÃO
Eixo I	2	Objetivo: Discussão da representação midiática nacional da juventude. Encontro 1: Apresentação de vídeos com trechos de falas de apresentadores de programas televisivos jornalísticos policiais em reportagens sobre jovens pobres que cometeram algum crime. Encontro 2: Apresentação de notícias impressas retiradas de portais online envolvendo jovens pobres que praticaram atos ilegais e que em seguida foram vítimas de violência, em contraste a notícias de jovens ricos que cometeram crimes e ficaram impunes ou sofreram punições brandas.

Continua...

Quadro 2. Continuação

EIXO	ENCONTROS	DESCRIÇÃO
Eixo II	2	<p>Objetivo: Discussão da representação da juventude na mídia local.</p> <p>Encontro 3: Apresentação de reportagem local sugerida pelos jovens no eixo anterior, seguida de reportagens e comentários de portais online locais sobre os jovens das periferias da cidade.</p> <p>Encontro 4: Apresentação de notícias e comentários de portais locais online sobre operações policiais nas pracinhas centrais frequentadas pelos jovens das periferias.</p>
Eixo III	3	<p>Objetivo: Discussão sobre conteúdos com os quais os jovens se sentem representados e identificados, esboçando alternativas e caminhos de ação.</p> <p>Encontro 5: Apresentação de material trazido pelos jovens como conteúdo em que se sentem representados.</p> <p>Encontro 6: Escolhas editoriais do “Jornal Boa Esperança”, criado pelos jovens.</p> <p>Encontro 7: Apresentação da versão final do “Jornal Boa Esperança” e finalização das atividades com a síntese das questões levantadas durante os grupos.</p>

Todo o percurso de campo foi registrado através de diário de campo (DC), e os grupos de discussão foram gravados em áudio e transcritos. Para análise dos dados qualitativos dos grupos, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática, possibilitando, assim, uma maior compreensão sobre o material coletado (Gomes, 2009). Para tanto, foram adotadas as seguintes etapas para o processo de análise do material: 1) transcrição dos grupos de discussão; 2) construção do banco de dados; 3) construção das categorias de análise. Para esta última etapa, foi efetuado o seguinte processo: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, a partir das referências bibliográficas na área.

A partir do diálogo entre os jovens e o discurso midiático, uma série de experiências e discussões foram suscitadas e debatidas. Os resultados e as discussões presentes no manuscrito são uma síntese do material que fora produzido na pesquisa de mestrado e serão apresentados sob três eixos: “Vozes não escutadas e individualidades

violadas”, “As expressões da violência midiática nas experiências cotidianas” e “Movimentos de resistência: apresentando as histórias que a mídia não conta”.

Vozes não escutadas e individualidades violadas

Durante o debate sobre as primeiras notícias apresentadas, algumas temáticas foram levantadas pelos jovens, entre elas, o fato de o apontamento do material representar uma mídia que desconsidera as histórias das pessoas. As reportagens exibidas aos jovens refletem o que Mendes (2017) descreve como “mídia tribunal”, ou seja, uma abordagem midiática que promove julgamentos e juízos de valor, sempre pautados em ideias comuns a uma “criminologia midiática” (Zaffaroni, 2012), em que os jovens das periferias são postos como os grandes responsáveis pela criminalidade do país. O trecho a seguir apresenta um diálogo que se deu após a exibição de uma série de reportagens (Figura 1).



Figura 1. Trechos dos vídeos apresentados aos participantes

Enfim, Matheus! Tava usando droga, tava vendendo droga, tava roubando, tava furtando, agora tá no colo do capeta. Morreu, menos um, mais uma baixa num CPF aí. Lugar de bandido é esse mesmo: ou cemitério ou então cadeia.

Sabe o que é que acontece com essas leis brasileiras? Menores não cometem crimes,

Marcão! Peraí, gente! Vamos mudar esse negócio! É por isso! É por isso que esses menores estão nas ruas! Vocês sabem o que é que tá acontecendo? Tá acontecendo que os jovens, as crianças, estão entrando de maneira precoce no mundo do crime e isso que eu tô mostrando aqui agora, na realidade, gente, tá acontecendo em várias partes do nosso país.

A partir da apresentação dos trechos dos vídeos, os jovens relataram o seguinte:

Jaya: Eles julgam muito as pessoas sem saber a história das pessoas.

Dênis: Eles julgam muito pela aparência, eles não vê primeiro não.

Jaya: ele vai olhar no histórico criminal da pessoa, vai achar um monte de coisa, ué! Agora, vai olhar na vida o que é que a pessoa passou!

Hualter: É, e tipo também tia, esses menino aí, os que entraram aí de 11, 12, 13 anos, eles nem devem saber por causa que eles tentaram assaltar a mulher. Nem sabe a caminhada desses menino aí!

Os jovens destacam a violência nas palavras dos apresentadores, referindo-se a suas falas como discursos agressivos. Dênis ressalta, ao assistir os vídeos: “*Eu achei as palavras muito agressivas do primeiro lá, que o cara falou, coloca ele aí de novo pra senhora ver, tia*”. Jaya menciona a falta de respeito do apresentador com a família dos jovens das reportagens: “*O cara não teve consciência com a família do menino, dos filhos, da família que tava passando maior aperto, aí o cara nem teve consciência do que ele falou, e falou um monte de coisa!*”.

Quando os participantes ressaltam que os apresentadores e programas ignoram as histórias dos jovens ali apresentados, podemos pensar nas discussões de Fanon (2006) e Martín-Baró (2017) sobre a necessidade de despersonalizar os sujeitos para que se possa exercer sobre eles algumas ações violentas. As práticas midiáticas violentam essa juventude a partir do momento em que silenciam histórias e trajetórias, considerando os sujeitos ali exibidos como pessoas individualmente e moralmente inadequadas e perigosas, que precisam ser, a qualquer custo, segregadas, punidas e eliminadas para a “proteção” dos demais indivíduos (Zaffaroni, 2012).

Zaffaroni (2012) explicita também o uso de um vocabulário bélico pelos apresentadores de televisão, que desumanizam o jovem através de definições reducionistas como “drogado” ou “vagabundo”. Somado a isso, é comum que sejam exibidas imagens do sofrimento dos familiares da vítima a fim de mobilizar sentimentalmente o público. Nesse momento, explora-se a experiência de dor para direcionar perguntas que apontarão o desejo de uma resposta rápida e direta do sistema judiciário. O apresentador, então, diante de todo o clima de sofrimento, clama por mais repressão e punitivismo do Estado.

É comum que os apresentadores sejam pessoas de origem popular, criando um vínculo de identificação e confiança com o telespectador. Com as “vozes confiáveis” dos apresentadores populares em seus discursos inflamados, clama-se por punição e medidas

repressivas imediatas como solução do “problema” do medo e da ameaça constante que seriam causados por esses “jovens criminosos” (Freire, 2014; Mendes, 2018; Santos & Aires, 2017).

Os jovens participantes identificam então uma mídia que desconsidera a história da pessoa representada até que ela chegue ao ato de cometer um crime, julgando os sujeitos apenas pelo seu histórico criminal. Tal questão ilustra a discussão sobre ser necessário fazer com que os jovens pobres sejam considerados como corpos desprovidos de humanidade para que sejam vistos como inimigos e perigosos, pois, por essa lógica, justifica-se qualquer medida de violência sobre tal grupo como sendo um ato necessário e desejado. Assim, essa mídia acaba sustentando outras violências exercidas sobre eles por meio, por exemplo, das medidas estatais desproporcionais de controle, agressão e punição (Martín-Baró, 2017; Mendes, 2017; Wacquant, 2015).

Mendes (2017) destaca esse elemento da violência dos âncoras de telejornais policiais afirmando que estes ultrapassam a descrição dos fatos, opinando e se expressando de forma inflamada sobre o caso que está sendo noticiado. Há então uma figura provida de capital simbólico, ou seja, um apresentador em que a população confia e tem como referência de informação (Thompson, 2002), que profere julgamentos incriminatórios e violentos. Nesse sentido, é importante considerarmos as reflexões de Moraes (2013) sobre a mídia quando este destaca o potencial ideológico e simbólico do que é dito pelos dos meios de comunicação hegemônicos, que impactam o imaginário social.

Com o desenrolar das discussões, os participantes começam a fazer conexões entre as reportagens e suas experiências, identificando as marcas da violência midiática na forma como são vistos pela sociedade. A fala de Jaya, a seguir, representa essa discussão:

O governo não ajuda, não dá suporte pra população, aí a única maneira que tem é isso! Aí é por isso que o Brasil tem uma das maiores penitenciárias, negócio de presídio, pessoas mais presas no mundo! Porque a violência na cadeia, tem como não! O governo não ajuda o pessoal, aí dá nisso . . . Eles tem hora que eles fala de negro. Se uma pessoa passa e vê um negro na rua com capuz, jeitinho de bandido . . . minha mãe fala pra mim “cê anda igual bandido!” Mas ó, se passar alguém na rua, cê vai fazer o que? Sua impressão . . . a primeira coisa que cê vai lembrar: “ah, aquele cara falou negócio de preto, bandido”. Cê vai assustar! Os policiais já te deram informação errada influenciando os outros, aí cê vai ver a pessoa e vai pensar naquilo! Aí cê vai ficar com medo! Aí e a pessoa? Como é que vai ficar o sentimento da pessoa? Ele vai se sentir mal, porque tipo, cê passa pela pessoa achando que ele é bandido, sendo que a pessoa trabalha o dia inteiro . . . aí é osso! Dar opinião errada sem saber das coisas!

Com base na fala de Jaya, podemos considerar a expressão da violência midiática sobre as individualidades e construções identitárias desses jovens. Através de suas representações sobre a juventude, a mídia, violentamente, embasa e reproduz a lógica da criminalização, forjando as opiniões dos consumidores desses discursos, ou seja, levando a população a um movimento de desumanizar os jovens que carregam símbolos que remetem à pobreza, bem como elementos raciais, pois esses são ideologicamente e naturalmente associados à criminalidade. Esse processo impacta as vidas e individualidade dos jovens, que buscam constantemente fugir e se desvincular de tais símbolos associados à pobreza e “banditagem” (Coimbra, 2001; Guareschi, 2012; Zaffaroni, 2012).

Em suas representações do que seriam os “criminosos” e os “cidadãos de bem”, a mídia hegemônica também fornece espécies de credenciais, afinal, o que se propaga é uma divisão dicotômica em que se “desenha um mundo de nós, os bons e eles, e os maus, que não deixa espaço para a neutralidade” (Zaffaroni, 2012, p. 309). Ainda segundo o autor, qualquer manifestação, inclusive estética e cultural, que destoe do estereótipo dos “bons”, é estigmatizada como algo violento.

Sendo assim, os jovens, durante as conversas, demonstraram utilizar tais credenciais de “boa índole” para se afastarem do estereótipo de “bandido” que tanto os violenta subjetivamente. Enquanto a roupa, o modo de andar ou de falar os identificam como sujeitos ameaçadores, a bíblia, por exemplo, pode produzir o efeito contrário. Os objetos assumem sentidos no cenário das visibilidades sociais, nas experiências de circulação e interação social nas cidades, e a representação midiática reforça e valida tais sentidos. Por diversas vezes os jovens utilizam as imagens de trabalhador e de religioso para se protegerem inclusive das abordagens policiais:

Travis: Nós tava indo pra célula lá em cima lá, o carro de polícia tava parado e já tinha passado pela gente já, nós tinha acabado de sair de casa, todo mundo com a bíblia na mão subindo. Aí os policial parou a gente e nós tava com a bíblia debaixo da blusa, aí na hora que o policial botou a mão assim ele assustou, levantou assim rapidão e viu que era a bíblia Aí ele falou assim: “o que é isso no seu bolso aí?”, que eu tava cheio de pirulito no bolso, aí falei assim: “quer que eu tiro?”, aí ele meteu a mão assim, quase rasgando minha blusa já, ó!

Dênis: a polícia foi dar batida lá Aqueles filho da... Não, e o engraçado é que, nesse dia, o meu tio, ele ia trabalhar, aí ele sempre ia lá pra casa da minha vó pra pegar o almoço Aí ele ia lá pegar o almoço e tomar um café antes de sair. Nesse dia . . . minha vó teve que levar pra lá fora pro meu tio na porta, porque ninguém podia entrar e nem sair, aí nesse dia também, os homi mais um cadim eles queria

revirar a comida da minha vó . . . Que a minha avó tava colocando. Na hora que o policial pegou assim a colher pra começar a revirar ali pra ver o que é que tinha, pra ver se tinha escondido alguma coisa, a minha vó falou: “Ó, o senhor pode ficar tranquilo que eu não vou esconder droga pro meu filho não, ele tá indo trabalhar, ele é um cara honesto, ele não é igual esses vagabundo que tem por aí não, ele é trabalhador!”. O policial colocou a colher de novo. Não, aqui, naquele dia, mais um cadim, quebra a porta de minha vó, bagunçou a casa toda e ainda quase bateu na minha avó também!

Assumindo a figura de trabalhador ou de religioso – reforçada pela própria mídia como posturas desejáveis –, o jovem se afasta da figura de “bandido”, que essa mesma mídia lhe reserva e que gera tantas consequências, tal como o cerceamento da liberdade de ser quem se é ou se deseja ser. Nesse sentido, a mídia tribunal reforça o ideário que reproduz a ideia dos jovens negros e pobres como potencialmente perigosos, simplesmente por eles serem quem estão sendo. Tais práticas incidem diretamente sobre a vida desses jovens, na medida em que precisam abdicar e/ou incorporar símbolos que passam a fazer parte da construção de suas identidades e que contribuem para que eles se protejam dos estereótipos e das violências vividas no cotidiano (Batista, 2011; Montañó, 2012).

As narrativas dos participantes mostram que um ciclo de violências é construído na medida em que é necessário que esses jovens incorporem as representações proferidas como desejáveis pela mídia e pela sociedade (mesmo que isso se choque com suas reais identificações individuais). Essa incorporação acontece para que se protejam da própria violência midiática, que os elege como pessoas perigosas e que devem ser indiscriminadamente controladas e penalizadas.

As expressões da violência midiática nas experiências cotidianas

A partir da identificação com os jovens representados pelas reportagens e do reconhecimento das consequências das práticas midiáticas presentes no material apresentado, os participantes compartilharam uma série de relatos de experiências pessoais em que sentiram, na pele, as expressões da violência midiática. As falas apontam que a imagem do “jovem bandido” disseminada entre a população se faz presente em experiências de circulação pela cidade, como podemos observar nos trechos das conversas a seguir:

Leandro: Tava andando eu e o Scot na rua, né, tia, ali perto do... como é que é o nome do mercado? A mulher, ela tava andando com o celular, telefonando com alguém, aí a lanterna do celular dela tava ligada, aí eu falei assim: “Não, eu vou chegar na

mulher, falar com ela que o celular dela, a lanterna do celular dela tá ligado, senão o celular dela vai ficar quente” . . . aí pode descarregar, o celular pode explodir . . . Aí eu, na maior tranquilidade, maior relax, chego na mulher, aí ela tá falando, aí eu cutuco nela e falo assim “ô moça”. A mulher olha pra trás, do mesmo jeito que ela olha pra trás, ela já começa a andar rápido Aí ela começa andar rápido, começa a olhar pra trás toda hora, olhar pra trás toda hora . . . Ela entra dentro do mercado, olha pra trás, vê que nós saiu, pega e sai andando de novo!.

Scot: Teve um dia que nós foi lá na Americanas . . . aí, tipo assim, lá é cheio de segurança . . . Nós tava vendo uns filme lá, né, aí tinha dois segurança em volta da gente, fingindo que tava olhando pra gente assim, falando as coisas, negócio de walkie talkie assim olhando pra mim. Eu olhei pra cara dele assim: “Eu não tô ligando não, só vou olhar aqui os filme assim e vou sair andando” . . . Tinha um monte de gente em volta, e eles só olhou pra gente. A gente tava, tipo assim, vestido normal, assim que nós veste mesmo, não arruma muito não.

Leandro: Eu fui na maior inocência comprar um biscoito pra mim no mercado, aí eu peguei um Trident . . . e fui lá no negócio pegar o biscoito. Aí, na hora que eu tava saindo, eu fui pagar, né? Eu fui pegar a mochila pra mim pagar, que o dinheiro tava dentro da mochila. Aí um cara lá . . . chegou em mim e falou assim: “Ô menino, devolve o que cê pegou!”, aí eu: “Mas eu não peguei nada não, eu vou pagar”, aí ele: “Cadê o dinheiro?”, aí eu falei assim: “Não, eu vou pagar, moço, vou pagar, aqui o dinheiro dentro da mochila, deixa eu pegar aqui pra mim pagar lá!”. Aí ele começou a gritar comigo . . . aí foi lá, eu peguei e falei assim: “Ah, quer saber, eu não quero nada não!”, joguei o biscoito no chão, abri o armário lá, peguei minha mochila e sai andando. O Trident ficou no meu bolso!

As experiências relatadas evidenciam que esses jovens se tornam o “eles” da criminologia midiática, que exerce uma cisão entre o “nós” e o “eles”, sendo “eles” os jovens pobres que possuem símbolos estéticos, sociais e econômicos parecidos com aqueles jovens exibidos nos jornais como criminosos insuficientemente penalizados. Sendo assim, tem-se o aval para tratar qualquer jovem pobre como um sujeito perigoso, prestes a cometer algum crime (Zaffaroni, 2012).

Os jovens negros, em especial, são ainda mais intensamente criminalizados, de modo a serem as faces do “eles” da criminologia midiática. Isso se deve ao contexto histórico de racismo, de encarceramento em massa e ao argumento de “guerra às drogas”, que justifica uma série de ações estatais de controle, aprisionamento e extermínio da juventude negra. Dessa forma, esse grupo se torna

uma “ameaça” constante aos olhos da população em geral. Essa imagem é construída e reforçada pelas ações governamentais de segurança e pelas práticas midiáticas (Alexander, 2017).

Com base nesses símbolos, a polícia determina seu conceito de “atitude suspeita”, justificando a violência programática, cotidianamente exercida sobre a juventude pobre e negra (Batista, 2011). Nesse sentido, os relatos de violência policial também são uma constante nas narrativas dos participantes:

Jaya: Igual aquela vez, ti, que nem ele falou, esse aí foi preso em flagrante, mas e se o cara não tivesse passando ali? . . . Tipo, se tivesse outra pessoa passando ali e o policial levasse?

Rony: É! Tem isso também!

Diego: Tipo assim, cê mora perto daquele local e passa ali sem querer . . .

Jaya: Aí os homi dá batida na hora!

Diego: Ou se cê tá indo comprar pão!

Hualter: Ou se não, tipo . . . cê tá jogando bola com seus amigos, a bola cai lá dentro . . .

Jaya: Aí o que é que eles vão falar com cê?

Rony: Vai tomar tapão na boca! . . . Ele vai chegar quebrando, meu fi! “Corre mermão, porra!”, VRAU!

Jaya: Eles dão rapa, chute na costela, soco, bicuda, cascudo, tapa na cara!

Hualter: Isso é real isso daí, menor . . .

Dênis: É, tia, é igual aconteceu uma vez, . . . a polícia foi dar batida lá. Foi muito, mas muito carro de polícia, helicóptero, foi tudo quanto é coisa lá! Aí, eles, lá, aí eu tava lá na casa da minha avó nesse dia . . . eles já chegaram no guarda-roupa assim . . . na hora eu tava até dormindo, aí o policial pegou o cacete e tipo “pum” na porta! Quase quebrou a porta da minha avó pra me acordar, aí eu acordei assustado, aí depois eles começaram a jogar tudo pro chão, jogaram as roupas, tiraram as mala de cima do guarda-roupa, saiu pegando tudo, fez uma bagunça danada, depois eu que ainda tive que juntar!

Travis: Tomar coça de polícia aconteceu comigo e meu primo.

Esse debate é intensificado e reforçado na discussão das notícias relacionadas às operações policiais deflagradas nas praças do centro da cidade (Figura 2).



Figura 2. Adaptação de reportagem sobre operações nas praças

OPERAÇÃO ALGAZARRA: POLÍCIA CIVIL CUMPRE MANDADO EM PRAÇAS DA CIDADE DO SOL

Na noite de sexta-feira (18), uma equipe de investigadores . . . cumpriram um mandado de busca e apreensão, por determinação do Ministério Público . . . na Vara da Infância e da Juventude, em uma operação denominada “Algazarra”. A finalidade da ação é coibir bagunças e confusões que vêm ocorrendo entre grupos de jovens que se concentram nas praças . . .

Os policiais encontraram adolescentes sem nenhuma documentação pessoal, com bebidas alcoólicas diversas, em garrafas e copos, que foram jogadas fora, e um dos abordados estava portando uma bucha de maconha, que segundo ele seria para seu uso. Todos os abordados foram cadastrados pela polícia, que espera diminuir, assim, os problemas que vêm sendo causados naquelas localidades . . . A Polícia Civil vai dar sequência a este tipo de operação em outros pontos da cidade.

COMENTÁRIO:

1) Parabéns à iniciativa! Este era um ponto que já me incomodava muito! Mas falta muito ainda. Foi pouco! Fosse eu, já chegava no “pedala, Robinho”, ajeitava a carga na viatura pra caber uns 15 no porta-malas.

Diante desse perigo iminente de sofrerem alguma violência durante sua circulação pela cidade – seja por meio de olhares, seja pelo tratamento recebido em estabelecimentos ou das batidas policiais –, os jovens sinalizam a necessidade de vigília constante sobre como, onde e em que horário circulam pela cidade por medo de serem vistos como “bandidos”. O participante Pablo comentou sobre serem abordados o tempo todo ao circularem pelo centro, especialmente em períodos festivos, quando a polícia está mais presente: “Quando

tem carnaval assim, tudo, qualquer coisinha eles querem te abordar, quer fazer alguma coisa”.

Martín-Baró (2017) aponta que demonizar, descredibilizar e desumanizar as pessoas é um recurso psicológico que possibilita e, de certa forma, autoriza a aplicação de violência sobre elas. Dessa forma, fazer com que os jovens sejam percebidos como os grandes vilões frios, loucos e atribuir a culpa a eles individualmente pode se configurar como uma estratégia funcional para justificar medidas de repressão, violência e extermínio, contando com o apoio popular. Medidas que contribuem para a gestão ideológica da pobreza e do que se considera socialmente como crime, além de manter intactos o poder e os privilégios econômicos de setores que representam as classes economicamente dominantes, sendo também importantes na manutenção da credibilidade do Estado em sua lógica ultraneoliberal (Freire, 2014; Silva, 2019; Zaffaroni, 2012).

Segundo Freire (2014), tem ocorrido uma adesão subjetiva à barbárie, que naturaliza aos olhos sociais o extermínio e o aprisionamento de determinados corpos sociais, como pode ser notado nas inúmeras chacinas, nomeadas como operações policiais, em territórios periféricos de cidades como o Rio de Janeiro. Ações que utilizam o discurso da segurança e do combate ao crime como uma certa autorização para matar o considerado inimigo da ordem social, leia-se: jovem pobre e negro. Para a autora, barbárie e capitalismo estão estreitamente relacionados, e, portanto, o paradigma bélico, cada vez mais em voga nas ações desenvolvidas pelo aparato da segurança pública brasileiro, seria um processo de construção política no sentido de gerir as consequências das desigualdades e violências produzidas pelo próprio modo de produção capitalista. E, à vista disso, o convencimento e a propagação de um discurso único é extremamente funcional, sendo, por conseguinte, a mídia hegemônica uma ferramenta ideológica indispensável ao projeto de dominação e exploração em curso.

Martín-Baró (2017), ao discutir sobre trauma psicossocial, considera que é necessário substantivarmos a violência para não reduzirmos o ato violento àquilo que poderia ser bom ou mal, mas que devemos compreender

que este está atrelado às condições concretas de sua produção. Assim, ao tomarmos a violência como substantivo, podemos pensar na relação que se estabelece entre sujeitos e estrutura social, mediados por elementos ideológicos, como a própria mídia que pode ser uma perpetuadora de violências.

Considerando os diálogos tecidos pelos jovens com o conteúdo apresentado, é perceptível então um movimento dinâmico de contestação, mas também impotência frente aos discursos proferidos pela mídia. Uma potência de indignação é produzida, porém esta não encontra espaço de expressão e ação frente a esse ciclo de criminalização e violências que é vivenciado por esses jovens e expresso por meio dos inúmeros relatos por eles trazidos.

Movimentos de resistência: apresentando as histórias que a mídia não conta

Ao identificarem práticas de violência midiática que desconsideram suas histórias, ocultam suas vozes e exercem influência sobre suas experiências cotidianas, os participantes têm se apropriado da potência da comunicação, das tecnologias e da mídia para, à sua

maneira, fazerem-se protagonistas de suas opiniões e visões acerca do que é dito sobre eles e sobre como são (ou não) representados (Coimbra & Guareschi, 2012; Zaffaroni, 2012).

Esse movimento pode ser observado através da relação dos participantes com a internet e com as redes sociais. Desde o início da intervenção, os jovens ressaltavam que a internet é o veículo mais consumido por eles. Apesar da presença massiva da televisão em seus lares, todos relataram não gostar de assistir a jornais televisivos, ou evitar fazê-lo, preferindo se atualizarem sobre as notícias por grupos de redes sociais. Além disso, diziam também consumir vídeos, músicas e jogos na internet em seu tempo livre. Leal Filho (2018), apostando na internet como ferramenta de contestação e democratização midiática, ressalta que a *web* possui características que permite expressões contra-hegemônicas e acesso a conteúdo diverso, fornecendo outras possibilidades de identificação.

Durante os últimos encontros, pedimos que os participantes levassem algum conteúdo que os representasse. Todos levaram músicas acessadas pela internet, que, de certa forma, contavam as histórias ignoradas pelas práticas perpetradas pela mídia hegemônica (Figura 3).



Figura 3. Frames dos videoclipes de “História de vida” e “Moleque de vila”.

A música que mais gerou comoção e identificação foi “História de vida”, de MC Pitico. A letra trata da história de um jovem que, por falta de oportunidades na vida, foi envolvido pela criminalidade. Dênis, durante o debate, fez menção à discussão anterior sobre as histórias ignoradas pela mídia: “Às vezes, os meninos tava fazendo aquilo por causa que eles não tinham condição muito boa pra ficar comprando comida, aí eles tinha que . . . tá fazendo aquilo Muitas pessoa entra na vida do crime por causa disso”. Através da internet, os jovens encontram discursos alternativos com os quais se identificam e que representam suas histórias e experiências de vida.

Outra música bastante ressaltada pelos participantes durante essa discussão foi “Moleque de vila”, de Projota. A letra fala sobre superar as dificuldades, “subir na vida”, superar-se, ser humilhado, atacado e depois reverenciado. Durante a música, Jaya se emocionou. Quando questionei

sobre o que mais o representa nessa música, ele respondeu: “Tudo o que eu já passei! . . . Negócio de fome . . . negócio da mãe dele que ele falou, . . . se ela tá olhando, então, mas só que é do meu pai . . . Humilhado, xingado”. Hualter disse que também se identifica com a música: “Também me acho identificado com ela um pouco . . . O negócio da fome”. Quando Jaya mencionou sobre ser xingado e humilhado, todos os outros colegas se identificaram.

Diante de uma representação midiática que violenta suas individualidades (Coimbra, 2001; Guareschi, 2012), essas vozes encontram caminhos de expressão alternativos pela identificação com pessoas e discursos que refletem em parte alguns de seus valores, realidades, desejos e experiências. Por meio desses “respiros” fornecidos pelas mídias alternativas acessadas especialmente pela internet, os jovens parecem encontrar inspiração para mover

sua capacidade de crítica, de indignação e ação. Isso é evidenciado nos resultados dos debates produzidos nos grupos de discussão, espaço onde os jovens elaboraram seu próprio jornal, recriando à sua forma as reportagens apresentadas.

Considerações finais

O olhar crítico dos participantes durante as discussões sobre o material midiático demarca os seus papéis como sujeitos históricos e políticos, capazes de analisar sua realidade e contexto em que estão inseridos. Os jovens, à sua maneira e a partir de seus olhares atentos, identificam os fatores econômicos e políticos que exercem influência sobre suas vidas, narrando experiências e tecendo debates sobre os atravessamentos entre tais fatores, a representação midiática e seu cotidiano marcado por uma série de violências.

Com base nos diálogos construídos, é possível percebermos que o conteúdo midiático produzido por setores da mídia hegemônica brasileira pode resultar em uma série de violências físicas e/ou simbólicas na vida dos jovens pobres e majoritariamente negros. Esse processo, conforme anteriormente mencionado, consideramos se tratar de um tipo de violência específica, que denominamos de violência midiática, que se intersecciona a outras estratégias de produção da violência cotidiana a que sujeitos e grupos sociais oriundos das comunidades periféricas brasileiras estão submetidos. Destacam-se a violência policial e o racismo em suas diferentes nuances. Cumpre ressaltar que, diante dessa violência midiática, porém, há uma forte potência de indignação, crítica e resistência que, apesar de atravessada por contradições provenientes

da reprodução do discurso ideológico hegemônico, encontra força e espaço de ação por meio de representações midiáticas alternativas. Ademais, é importante sinalizar a potência reflexiva observada entre os jovens participantes da investigação, o que aponta uma posição de sujeitos ativos, críticos e propositivos, na medida em que espaços para o ato coletivo de questionamento sobre si e sobre o mundo à sua volta são criados.

A pesquisa que embasa o presente artigo, assim como qualquer investigação, possui limitações e desafios que apontam direções de possíveis futuras intervenções, práticas e pesquisas. Questões como racismo e construções acerca da masculinidade apareceram durante a construção da pesquisa, e, por razões de limitação de tempo e de objetivo, não puderam ser exploradas de forma mais aprofundada.

Destarte, acreditamos que pesquisas que se dediquem mais especificamente a essas nuances, assim como às mídias alternativas e à internet em suas limitações e possibilidades de ação, são essenciais ao avanço do debate sobre juventude, mídia e criminalização. O desenvolvimento de tais pesquisas pode colaborar também com o processo de busca por formas de rompimento com a violência midiática presentes em nossa realidade.

Por fim, intervenções psicossociais produzidas a partir das relações construídas em diálogo com os jovens, compreendendo-os como sujeitos políticos e capazes de analisar e construir práticas alternativas à ordem vigente – em sua face desigual e opressora –, podem indicar os caminhos para a produção de experiências de vida individuais e coletivas que suplantem o cotidiano violento que ainda nos assola.

“You look like a thug!”: how do young people view the media’s construction of the criminal?

Abstract: From a scenario marked by different expressions of violence emerge media practices set on criminalizing impoverished youth. This article examines the meanings produced by youth aged 14 to 16 years about the media representations broadcasted by hegemonic sectors. A participative research designed based on sociologist Orlando Fals-Borda’s work and Mikhail Bakhtin’s co-authorship was conducted with youth from the state of Minas Gerais. Seven discussion groups were created to debate the association between youth and criminal activity on the news. Analysis of the dialogues showed that media content can impart a series of violence in their lives. However, they resist through creative strategies involving art and alternative media.

Keywords: media, violence, youth.

« “T’as l’air d’un voyou! » : comment les jeunes perçoivent-ils la construction médiatique du criminel?

Résumé: A partir d’un scénario marqué par différentes expressions de la violence ressortent des pratiques médiatiques visant à criminaliser la jeunesse appauvrie. Cet article discute les significations produits par des jeunes de 14 à 16 ans à propos des représentations médiatiques formulées par les secteurs hégémoniques. Une recherche intervenante, esquissée d’après la perspective du sociologue Orlando Fals-Borda et du concept de cocréation de Mikhail Bakhtin, a été réalisée dans une ville de l’État du Minas Gerais. Sept groupes de discussion ont été créé pour débattre des reportages où des jeunes sont associés à des épisodes criminels. L’analyse des dialogues a montré que le contenu des médias peut mener à une série de violences dans leur vie. Pourtant, ils résistent grâce à des stratégies créatives faisant appel à l’art et aux médias alternatifs.

Mots-clés: media, violence, jeunesse.

“¡Pareces un bandido!”: ¿qué dicen los jóvenes sobre la construcción del criminal en los medios de comunicación?

Resumen: A partir del escenario brasileiro, marcado por diferentes expresiones de violencia, se construyen prácticas mediáticas, para criminalizar a la juventude más pobre. Este artículo discute los sentidos producidos por jóvenes de 14 a 16 años respecto a las representaciones mediáticas, expresadas por sectores de los medios hegemónicos. Se trata de una investigación participante, diseñada a partir de la perspectiva del sociólogo Orlando Fals-Borda y la idea de coautoría de Mikhail Bakhtin. La investigación fue realizada en una ciudad del estado de Minas Gerais, mediante siete grupos de discusión, donde se analizaron las asociaciones que hacen de los jóvenes con episodios delictivos. A partir de los diálogos establecidos, se encontró que lo proyectado por los medios de comunicación puede resultar de considerables violencias en la vida de aquellos jóvenes, quienes se resisten a través de la búsqueda de estrategias creativas como el arte y medios alternativos.

Palavras clave: medios de comunicación, violência, juventude.

Referências

- Alexander, M. (2018). *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Bakhtin, M. (2011). *Estética da criação verbal*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Bakhtin, M., & Volóchinov, V. (2017). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Batista, V. M. (2011). *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Cassab, C., Toledo, J. A. C., Ferreira, K. O., & Resende, R. P. (2016). Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira. *Finisterra*, 51(102), 103-120. Recuperado de <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/3918>
- Coimbra, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Niterói, RJ: Oficina do Autor e Intertexto.
- Fals-Borda, O. (1999). Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In C. R. Brandão (Ed.), *Pesquisa participante* (pp. 42-62) São Paulo, SP: Brasiliense.
- Fals-Borda, O. (2014). *Ciencia, compromisso y cambio social*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana.
- Fanon, F. (2006) *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF.
- Ferreira, H., Fontoura, N. O., Aquino, L., & Campos, A. G. (2009). Juventude e políticas de segurança pública no Brasil. In J. A. Castro, L. M. C. Aquino, & C. C. Andrade (Orgs.), *Juventude e políticas sociais no Brasil* (pp. 191-219). Brasília, DF: IPEA.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2017). *IVJ – Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes*. São Paulo, SP: Autor. Recuperado de https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/indice-de-vulnerabilidade-juvenil-a-violencia-2017-desigualdade-racial-e-municipios-com-mais-de-100-mil-habitantes/
- Freire, S. M. (2014). Contribuição da mídia na adesão subjetiva à barbárie: a manufatura da criminalização dos direitos humanos. In S. M. Freire (Org.), *Direitos humanos para quem? Contextos, contradições e consensos* (pp. 58-117). Rio de Janeiro, RJ: Gramma.
- Gomes, R. (2009). Análise e interpretação de dados em Pesquisa Qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (28a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, P. A. (2012). Mídia e política. In VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política Memória Política, Movimentos Sociais, Educação e Esfera Pública (pp. 58-67). São Francisco de Paula, RS: UERGS.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro, RJ: Autor. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432
- Leal Filho, L. L. (2018). *A mídia descontrolada: episódios da luta contra o pensamento único*. São Paulo, SP: Barão de Itararé.
- Lima, V. A. (2011). *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo, SP: Paulus.
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martino, L. M. S. (2014). *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mendes, S. M. (2017). *Juventude e mídia tribunal: considerações sobre a violência a partir de uma abordagem televisual*. Curitiba, PR: Appris.
- Montaño, C. (2012). Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, 110, 270-287. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MXPC4rLkBSzfxQGv5DQgWsh/?lang=pt>
- Moraes, D. (2013). Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In D. Moraes, I. Ramonet, & P. Serrano (Orgs.), *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação* (pp. 14-39). São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- Moraes, D. (2016). *Crítica da mídia & hegemonia cultural*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad; Faperj.
- Santos, S., & Aires, J. (2017). *Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad.

Silva, J. F. S. (2019). Sociedade do capital, violências e práxis profissional. In P. K. Grossi, G. A. Scherer, B. Gershenson, & L. F. Ávila (Orgs.), *Juventudes, violências e políticas públicas* (pp. 30-51). Porto Alegre, RS: edPUCRS, 2019.

Thompson, J. B. (2002). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Wacquant, J. (2015). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, RJ: Revan.

Zaffaroni, E. R. (2012). *A palavra dos mortos: conferências de criminologia cautelar*. São Paulo, SP: Saraiva.

Recebido: 14/07/2023

Aprovado: 03/08/2023